

FRANCISCO DE ASSIS MANSO DA COSTA REIS O PRIMEIRO COMANDANTE DE TODO O CORPO EM ORGANIZAÇÃO DA PMMG

CELSE FALABELLA DE F. CASTRO

Do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

Resumo: Traça um breve perfil do primeiro comandante, durante seu período de organização, de todo o Corpo de Permanentes, hoje Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

O Corpo de Permanentes, por resolução do Conselho Provincial, e de acordo com a autorização contida na Carta Régia, no seu artigo 2º, foi criado em 12 de dezembro de 1831, sendo designado o Alferes Francisco de Assis Manso da Costa Reis, comissionado no posto de Capitão, para comandar sua primeira Companhia, interinamente, o que lhe conferiu o título de comandante de todo o Corpo durante sua organização, segundo Paulo René de Andrade em seu trabalho *Origens históricas da Polícia Militar de Minas Gerais: 1831 – 1900*.

Quem foi Francisco de Assis Manso da Costa Reis?

O alferes de cavalaria de linha nasceu em 4 de fevereiro de 1803 no arraial de Sete Lagoas, freguesia do Curral del Rei, filho do Capitão Valeriano Manso da Costa Reis e de D. Ana Ricarda Marcelina de Seixas (Ana Ricarda Casimira de Seixas, segundo o Cônego Trindade).

Foram seus avós paternos: Dr. Manoel Manso da Costa Reis e D. Clara Maria de Castro; maternos, Baltasar João Mairinck (capitão da 6ª Companhia do Regimento Regular de Cavalaria de Vila Rica, em 1775) e D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Ferrão, nascida em 1738, progenitora, também, da musa de Tomás Antônio Gonzaga – Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a Marília de Dirceu.

Era bisneto, pelo lado paterno, do Capitão Antônio Álvares de Castro e D. Joana Batista Negreiros. Pela banda do avô materno, bisneto de Antônio Corrêa Mairinck e de sua segunda esposa, D. Maria do Rosário, nascida em 1736 na freguesia da Sé do Rio de Janeiro. Pelo lado de sua avó materna, bisneto do Tenente-General Bernardo da Silva Ferrão, casado, em 1727, com Francisca de Seixas Fonseca, filha, esta, de Francisco de Seixas da Fonseca, de Rio Bom, bispado de Lamego, Portugal, de estirpe fidalga, casado com D. Maria da Rocha Fiúza.

Com referência a Bernardo da Silva Ferrão, é oportuno recapitular que em 1724 o governador do Rio de Janeiro, cumprindo Ordem Régia, mandou o Mestre-de-Campo Manoel de Freitas fundar uma povoação na enseada à margem do Rio da Prata, que se chamou Monte-vidio, com o propósito de facilitar, por via marítima, o acesso à colônia do Sacramento.

Segundo Augusto de Lima Júnior, o nome Montevideu, corruptela de Monte-vidio, provém de uma serra na província de Calahorra, na Espanha, dando nomes a dois ou três montes em Minas, certamente, recordações de soldados que ali combateram e voltaram para cá.

Mal iniciadas as fortificações, atacaram os castelhanos o porto de Montevideu, expulsando a guarnição portuguesa.

Foi, então, que duas expedições, comandadas pelo Mestre-de-Campo Manoel Gomes Barbosa e pelo Brigadeiro José da Silva Pais, investiram contra a atual capital uruguaia, expulsando os espanhóis. Na expedição já se encontravam cinquenta soldados dragões, despachados de Minas, acompanhados de dois oficiais e uma das Companhias.

Gomes Freire de Andrade fora nomeado governador das capitânias do Rio de Janeiro e de Minas, justamente para poder dispor de recursos em ouro e homens. Passando o governo interino de Minas a seu irmão, Coronel-de-Infantaria José Antônio Gomes Freire de Andrade, deixou-lhe famosas Instruções e Normas, nas quais definiu com argúcia os homens e os caracteres de alguns de seus jurisdicionados, afirmando que, na maioria, os tenentes-generais tinham a vaidade "secundum a rege"

Em Vila Rica, escreveu ele, ocupa esse posto Bernardo da Silva Ferrão, "oficial tão cheio de bondade como de elevação".

Francisco de Assis Manso da Costa Reis contraiu casamento aos 7 de novembro de 1831, na igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, com Francisca de Paula Monteiro Nogueira da Gama, filha de Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos, e de D. Maria Custódia Nogueira da Gama, sendo testemunhas do ato os drs. Antônio José Monteiro de Barros e Mateus Herculano Monteiro de Barros.

São curiosas as observações seguintes: segundo o costume mineiro da época, Mateus Herculano (Monteiro de Barros pelo lado paterno), adotou o sobrenome materno Cunha Matos, o que não ocorreu com seus irmãos Lucas Antônio, o Visconde de Congonhas, e Romualdo José, o Barão de Paraopeba. Repetiu-se o costume com Francisca de Paula Nogueira da Gama, que fez pender o sobrenome para o lado de sua progenitora.

O entrelaçamento da mesma família, através dos casamentos consagüneos, principalmente com o propósito de evitar a dispersão de fortunas, foi uma constante entre os clãs abastados. E assim, viúvo, sem

descendentes, Francisco de Assis contraiu segundas núpcias com a sobrinha, Maria do Carmo Manso Monteiro da Costa Reis, bem mais jovem que o marido, nascida que foi em 5 de julho de 1834. Foi uma das contempladas na terça de seu avô materno.

É deveras impressionante a malha de consórcios conjugais entre parentes. Um irmão de Francisco de Assis, Valeriano, cujo nome era idêntico ao do pai, casou-se com Margarida Eufrásia Monteiro de Barros. Foram os pais de Maria do Carmo Manso Monteiro da Costa Reis!

Francisco de Assis e Maria do Carmo, antes de 1840, baldearam-se para os "sertões de leste", onde os Monteiro de Barros, chefiados por Manoel José, já colhiam excelentes resultados das extensas lavoutras de café que abarcaram áreas onde, hoje, situam-se partes de Leopoldina, de Além Paraíba, de Santo Antônio do Aventureiro, de Angustura, de Pirapetinga, de Volta Grande. Em 24 de maio de 1842, através do governo provincial chefiado por Bernardo Jacinto da Veiga, foi comunicada à Câmara do Pomba a nomeação de Francisco de Assis para o lugar de subdelegado do distrito de Madre Deus do Angu.

Em 1º de dezembro de 1848, assumiu o cargo de vereador da Câmara Municipal de São João Nepomuceno.

Sucederam-se novos postos na Guarda Nacional: o do Coronel de Legião, em maio de 1843, pela patente de nº 7.844; idem, em 25 de abril de 1849; o de Comandante-Superior, em 16 de abril de 1853.

Francisco de Assis, sem descendentes, faleceu no mês de agosto de 1871. Era abastado fazendeiro na Zona da Mata. Dotado de espírito caritativo e de temperamento altruístico, muito trabalhou em favor da causa pública.

Segundo notícia publicada no *Jornal do Comércio*, do Rio, transcrita no *Diário de S. Paulo*, de 27 de setembro de 1871, anotada por Frederico de Barros Brotero em "*A família Monteiro de Barros*", Francisco de Assis Manso da Costa Reis deixou expressas as seguintes verbas testamentárias, além da instituição da esposa, D. Maria do Carmo, como herdeira universal de sua fortuna: "*livres os 6 escravos e os mais, talvez em número de 116, com a cláusula de servirem a seus donos pelo prazo de 18 anos, exceptuando deste princípio geral os escravos nascidos na sua fazenda da Conceição, aos quais seriam entregues as cartas de liberdade logo que atingissem a idade de 36 anos*".

Legou aos sobrinhos, filhos do Coronel Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama, 4:000\$000; à cunhada, Maria do Carmo Nogueira da Gama 5:000\$000; aos filhos desta, 2:000\$000; aos sobrinhos, filhos de seu irmão, Bernardo Tolentino Manso da Costa Reis, 10:000\$000; à sua cunhada e sogra, Margarida Eufrásia Monteiro de Barros, 4:000\$000; 2:000\$000 para seu administrador, Faustino José Rodrigues Campos; 1:000\$000 para seu afilhado, Francisco Rodrigues da Silva; para a igreja

de Nossa Senhora Madre Deus do Angu (hoje, Angustura), 4:000\$000; 500\$000 para cinco viúvas pobres e honestas da freguesia; para as igrejas de Nossa Senhora do Carmo, São Francisco de Assis e Nossa Senhora das Dores, todas em Ouro Preto, 1:000\$000; e mais 500\$000 para serem repartidos entre os pobres de Ouro Preto, ficando tal comissão sob a responsabilidade dos respectivos vigários.

Mandou que fossem celebradas 250 missas, sendo 50 pelas almas de seus pais; 50, pela de sua primeira mulher; 50, pela sua; 50, pelas de seus escravos e, finalmente, 50, pelas do purgatório.

Foram testamentários: em primeiro lugar, seu irmão, Tenente-Coronel José Maria Manso da Costa Reis, bem como D. Maria do Carmo; em segundo, D. Maria do Carmo; em terceiro, seu sobrinho, o Alferes Valeriano Manso Monteiro da Costa Reis.

D. Maria do Carmo casou-se, novamente, com o primo, também viúvo, Bernardo Manso Monteiro da Costa Reis, filho de José Maria da Costa Reis e de D. Francisca Assis Monteiro Galvão de São Martinho, neto paterno do Capitão Manoel José Monteiro de Barros e de D. Inês de Castro Galvão de São Martinho, que foi comandante do Regimento de Cavalaria de Vila Rica, em 1792, ocupando o cargo que pertenceu a Francisco de Paula Freire de Andrade, implicado na Inconfidência Mineira.

Pedro Afonso foi graduado no posto de brigadeiro, por decreto de 13 de maio de 1808; promovido à efetividade, por decreto de 8 de julho de 1811. Faleceu em 1815.

O corpo do Coronel Francisco de Assis Manso da Costa Reis está sepultado no cemitério de Angustura – o antigo arraial de Nossa Senhora Madre Deus do Angu – distrito de Além Paraíba.

Maria do Carmo faleceu em 17 de julho de 1917, cinqüenta e quatro anos após a morte do primeiro marido. Tinha oitenta e três anos.

Abstract: *Francisco de Assis Manso da Costa Reis, the first commander of all the Corps of the Military Police of Minas Gerais during its organization. This paper provides a profile of the first commander of all the Permanent Corps, during the period of its organization. The Corps is now the Military Police of the State of Minas Gerais.*